

COMITÊ DE INTERVENÇÃO ESTRATÉGICA NA SEGURANÇA PÚBLICA DE NOVA SERRANA: atuação resolutiva e deliberativa integrada por órgãos públicos e sociedade civil

*STRATEGIC INTERVENTION IN PUBLIC SECURITY COMMITTEE
OF NOVA SERRANA: resolute and deliberative performance
integrated by public institutions and civil society*

Gilmara Cardoso¹

Resumo: Cidade que se destaca por ser o centro de um grande polo calçadista, Nova Serrana também ganhou repercussão pelos altos índices de criminalidade. Diante de um cenário de grande crescimento da criminalidade, foi criado na Comarca, no final do ano de 2016, o Comitê de Intervenção Estratégica na Segurança Pública. Integrado por forças de segurança, instituições públicas e sociedade civil, o Comitê passou a desenvolver ações visando à redução da violência, por meio de uma atuação conjunta e estrategicamente planejada. Desde 2017, os índices de criminalidade na Comarca apresentam acentuado declínio. No presente trabalho, nos propusemos a conhecer o Comitê de Intervenção Estratégica na Segurança Pública de Nova Serrana e a analisar como é o seu funcionamento e quais resultados ele obteve. A conclusão a que chegamos é que o Comitê de Intervenção representa uma importante inovação do agir resolutivo do Ministério Público na área do direito à segurança e que obteve importantes resultados porque soube integrar forças com demais órgãos públicos e com a sociedade civil organizada.

Palavras-chave: Ministério Público; Nova Serrana; Instituições políticas e sociais; Redes de políticas públicas; Atuação resolutiva; Redução da criminalidade.

Abstract: Nova Serrana is a city that stands out for being the center of a great footwear pole, it has also gained repercussions due to the high crime rates. Faced with a scenario of great growth in crime, District is created at the end of 2016, the Strategic Intervention in Public Security Committee.

¹ Analista de Direito do Ministério Público do Estado de Minas Gerais desde novembro de 2014. Bacharel em Direito pela Faculdade de Direito do Oeste de Minas Gerais. Especialista em Direito Público. Especialista em Divisão de Poderes, Ministério Público e Judicialização.

Integrated by security forces, public institutions and civil society, the Committee started developing actions aimed to reduce violence, through a joint and strategically planned action. Since 2017, the crime rates in the District has shown a sharp decline. In this work, we set out to get to know the Strategic Intervention in Public Security Committee of Nova Serrana and to analyze how it works and what results it has obtained. The conclusion we reached is that the Intervention Committee represents an important innovation in the resolute action of the Public Ministry in the area of the fundamental right to security and that it obtained important results because it knew how to integrate forces with other public bodies and with organized civil society.

Keywords: Public Ministry. Nova Serrana. Political and social institutions. Policy networks. Resolute performance. Reduction of crime.

Sumário: 1. Introdução. 2. O Comitê em funcionamento. 3. Redes de participação. 4. O Impacto do Comitê de Intervenção Estratégica na segurança pública de Nova Serrana. 5. Conclusões. Referências.

1. INTRODUÇÃO

A cidade de Nova Serrana, no Estado de Minas Gerais, é marcada pelo forte desenvolvimento econômico, gerado pela indústria de calçados, e por índices de crescimento demográfico e de espaço urbano muito acima das médias nacional e estadual, o que traz profundas consequências para seus cidadãos e gestores públicos.

Esse forte crescimento econômico e populacional trouxe também o assustador aumento do número de crimes, deixando a cidade refém da violência e de conflitos, não conseguindo os equipamentos públicos acompanhar essa dinâmica.

O fenômeno também é observado nas demais cidades que compõem a comarca: Perdígão e Araújos.

Diante desse cenário, no primeiro semestre do ano de 2016, foi instaurado, nas Promotorias de Justiça da Comarca, um *Procedimento para Implementação e Promoção de Projetos Sociais – Props*, na área da segurança pública, nos municípios de Perdígão e Araújos.

Na mesma época, a reivindicação do empresariado local por mais segurança levou o Sindicato Intermunicipal da Indústria do Calçado de Nova Serrana (Sindinova) a convidar as autoridades da Comarca para uma reunião. Assim, a articulação entre as instituições de segurança pública e a sociedade civil, iniciada pelo Props, foi ampliada para

abranger toda a Comarca, dando início ao *Comitê de Intervenção Estratégica na Segurança Pública* de Nova Serrana.

A primeira reunião do Comitê foi realizada em novembro de 2016, na sede do Sindinova, contando com a participação do presidente desse sindicato, representante do *Conselho Municipal de Segurança Pública* (Consep) de Perdigão, autoridades locais e representante da *Secretaria de Estado de Segurança Pública*.

No início de sua atuação, uma de suas principais preocupações foi o grande número de atos infracionais violentos praticados por adolescentes da comarca.

Também são assuntos centrais do Comitê a intervenção no cumprimento de penas no regime semiaberto no presídio local e a melhoria dos sistemas e equipamentos de inteligência policiais, e também a ampliação da sede e do número de agentes da polícia civil.

O Comitê de Intervenção Estratégica propõe, inicialmente, a construção e ampliação de imóveis voltados à segurança pública. Para tanto, buscam-se, como fonte de custeio, os valores das penas de prestação pecuniária e o cofinanciamento entre os municípios da Comarca e por setores da sociedade civil, notadamente de empresários do ramo calçadista.

Além disso, o Comitê de Nova Serrana passa a adotar ações estratégicas, planejadas, pensadas e efetivadas em conjunto pelas instituições que o compõem. E isso se dá mediante um diálogo entre seus componentes, frente a frente, pondo os problemas na mesa, levantando os recursos, as possibilidades, traçando metas bem definidas, delegadas a responsáveis específicos e com prazo marcado para acontecer.

A partir do momento em que as forças de segurança pública da Comarca de Nova Serrana, aliadas a outros órgãos públicos e sociedade civil, começaram a atuar em parceira e estrategicamente, somando suas forças e catalizando seus esforços e recursos para a consecução de metas definidas, buscando soluções práticas e eficientes, e parece que os órgãos de defesa pararam de andar atrás da criminalidade, para se posicionar um passo à frente dela.

2. O COMITÊ EM FUNCIONAMENTO

A primeira reunião feita pelo Comitê de Intervenção Estratégica na Segurança Pública de Nova Serrana se deu em novembro de 2016 e, conforme registram suas atas, já apresentou o mesmo formato encontrado ao longo de todas as demais que a sucederam: discussão de propostas, definição de metas, prazos e respectivos responsáveis, buscando atuações em conjunto por todos os envolvidos.

De novembro de 2016 a dezembro de 2020, quando foram encerradas as pesquisas para o presente trabalho, houve um total de 48 reuniões, com periodicidade mensal. O suporte básico e estrutural foi oferecido pelo Sindinova, contando com sala de reuniões, secretariado e assessoria de comunicação.

O Comitê não tem um regimento ou outra normativa escrita disciplinadora de seus trabalhos e atuação. Contudo suas atas dão a entender que o que é decidido nas reuniões não é imposto, mas as entidades participantes se envolvem voluntariamente, sendo praticamente nula a quebra de compromisso.

Das atas das reuniões analisadas, destaca-se, como um dos seus principais atores, o Executivo do Município de Nova Serrana, marcando presença em praticamente todas as reuniões e órgão responsável pela assunção de tarefas fundamentais.

Também o engajamento do Sindicato Intermunicipal da Indústria do Calçado de Nova Serrana (Sindinova) nas atividades do Comitê é nítido e de grande importância, desempenhando o sindicato ações de destinação de recursos para os projetos, interlocução com empresários, deputados estaduais e representantes do Governo do Estado, entre outras.

Por seu turno, a Polícia Militar e a Polícia Penal registram um comparecimento assíduo às reuniões, com grande comprometimento nas intervenções propostas, mostrando-se integrantes fundamentais para a efetivação das ações desenvolvidas pelo instituto.

No que se refere ao Ministério Público, esse participou ativamente das reuniões do instituto, tendo assumido, na pessoa do Promotor de Justiça Alderico de Carvalho Júnior, a coordenação das reuniões e o direcionamento das deliberações do instituto, partindo dele também a maioria das propostas de ação.

Quanto à participação da Polícia Civil, apesar de registrar um comparecimento às reuniões em número bem abaixo dos demais órgãos de segurança pública da Comarca, o órgão tem grande envolvimento nas ações empreendidas pelo instituto em análise.

Ainda da leitura das atas do Comitê, verifica-se que o Poder Executivo Estadual tem fraca participação nas discussões e resoluções do instituto em estudo, e o seu acompanhamento das ações restringiu-se a participações esporádicas, atendendo a convites e para tratamento de questões específicas.

Já o Poder Legislativo Estadual desempenhou um apoio fundamental às atividades do Comitê, por meio da destinação de valores de emendas parlamentares para projetos promovidos pelo instituto e auxiliando na interlocução do Comitê com órgãos estaduais.

Os Poderes Legislativos de Nova Serrana, Araújos e Perdigão não participaram do Comitê de Intervenção Estratégica na Segurança Pública, embora o Legislativo de Nova Serrana tenha destinado expressivos recursos para investimento nos órgãos de segurança pública da Comarca.

Os Poderes Executivos de Perdigão e Araújos, apesar do não comparecimento frequente às reuniões, nas leituras das atas, dão a entender que esses entes públicos se mantiveram à disposição para ajudar e apoiar as decisões do Comitê.

Quanto ao Poder Judiciário, apenas as atas de julho e agosto de 2020 registraram a sua participação, na pessoa do Juiz da Execução Penal.

Por sua vez, o Conselho Municipal de Segurança Pública (Consep) de Nova Serrana, mesmo não apresentando números expressivos de presença nas reuniões, mostrou-se relevante para o funcionamento do Comitê, por ser a ele destinada a maioria dos recursos levantados, para posterior encaminhamento aos projetos.

Por todas as informações levantadas, verificou-se que o Comitê tem o seu núcleo de atores composto pela Prefeitura de Nova Serrana, Sindinova, Ministério Público, Polícia Militar, Polícial Penal e Polícia Civil. A participação dos atores desse núcleo se deu de forma ampla, podendo-se notar a interação de todos na discussão dos diversos assuntos e propostas apresentadas.

Para facilitar a análise, os assuntos abordados nas reuniões do Comitê foram agrupados nas seguintes temáticas:

Tabela 1 – Temas tratados nas reuniões

Temas Tratados	Número de vezes que o tema foi posto em pauta
Estrutura da Polícia Militar, Polícia Civil e Guarda Civil Municipal de Nova Serrana; construção, ampliação e reformas; efetivo de policiais; ajustes em fluxos de atendimentos e melhoria de equipamentos - Estr_Policial	127
Ações preventivas e educativas e de fiscalização pelo poder de polícia administrativa - Acoes_Prev	90
Execução e cumprimento de penas privativas de liberdade, cursos profissionalizantes ofertados aos detentos e estrutura do presídio - Penas_PL	79
Adolescentes e a prática de atos infracionais, aplicação das medidas socioeducativas e fluxo de trabalho dos setores envolvidos - Infrac_Adolesc	39
Verbas e recursos - Recursos	28
Assuntos diversos, tais como levantamento de dados, prestações de contas, ações com alvos determinados e sugestões - Diversos	23
Violência doméstica - Viol_Dom	16

Elaboração própria com base nas atas do Comitê

Dentre esses temas, destacaremos as ações do Comitê voltadas para a intervenção nas temáticas: adolescentes e atos infracionais, cumprimento de penas, estrutura policial e ações preventivas.

O primeiro projeto que surgiu no Comitê em estudo visava à intervenção na prática de **atos infracionais** e teve como objetivo a instalação, em Nova Serrana, de um centro de internação-sanção.

Ao expressivo número de adolescentes envolvidos com a criminalidade violenta somava-se a falta de vaga nos Centros Socioeducativos existentes no Estado de Minas Gerais, instalados em territórios de outras comarcas, sendo esse o problema de maior urgência a ser resolvido quando da criação do Comitê, em novembro de 2016.

A grande maioria dos pedidos de vagas para a internação provisória de adolescentes não era atendida. Além disso, vários adolescentes, aos quais eram aplicadas medidas socioeducativas em meio aberto, não se comprometiam

com o seu cumprimento, certos de não lhes ser aplicada a internação-sanção, pois esta dependia de vagas, das quais não se tinha disponibilidade.

O projeto de construção de um centro de internação-sanção em Nova Serrana consistia em reformar e adaptar o imóvel de cadeia desativada para receber adolescentes que descumprissem as medidas em meio aberto. Após fazer parte das pautas do Comitê de novembro de 2016 a abril de 2019, o projeto foi retirado das discussões, por não se conseguir avanços na sua realização.

Contudo as tratativas feitas por integrantes do Comitê com a Secretaria de Segurança Pública e com a Subsecretaria de Atendimento Socioeducativo (Suase) renderam à Comarca de Nova Serrana a garantia de contar com o número mínimo de 25 vagas para adolescentes infratores nos centros socioeducativos do Estado.

Com as vagas conseguidas, em abril de 2017, foi feita uma ação conjunta entre Polícia Militar, Ministério Público e Juízo da Infância e Juventude, retirando-se do meio criminal adolescentes de alta periculosidade, ação que causa um grande impacto na diminuição do envolvimento de adolescentes com a prática infracional.

Aliado a essa ação, o trabalho do Comitê conseguiu a reestruturação do cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto, com a criação de um fluxo de atendimento que integrou todos os órgãos envolvidos, agilizando sobremaneira a aplicação das medidas em meio aberto.

Além disso, demais ações de iniciativa do instituto em estudo, que repercutiram na diminuição da criminalidade na Comarca de Nova Serrana, atingiram de forma indireta o envolvimento de adolescentes no meio criminal, porquanto a prática de infrações por menores é, em grande medida, reflexo do ambiente de violência gerado pelos adultos.

Na temática nomeada como *Estrutura Policial*, temos as propostas de melhoria da infraestrutura policial, como a construção e reformas de edifícios, aquisição de equipamentos e conserto de viaturas policiais. E, também, ações voltadas para a melhoria das condições de trabalho, visando ao aumento do efetivo de policiais e ajustes em fluxos de atendimentos.

Destaca-se a proposta de construção de uma nova sede para Delegacia de Polícia Civil. O projeto teve início em abril de 2019 e conseguiu a doação do terreno por um empresário local, contando com

a elaboração do projeto pela Secretaria de Planejamento Urbano do Município de Nova Serrana. Os recursos para a obra são buscados pela destinação de verbas das penas de prestação pecuniária e de acordos de não persecução penal, além de valores de emenda de parlamentar estadual.

No tocante à otimização do trabalho da Polícia Civil, merece destaque a mudança do fluxo de condução dos inquéritos policiais, iniciativa surgida em reuniões do Comitê, a qual ajustou o envio para o Ministério Público de todos os inquéritos em tramitação há mais de dez anos. Com isso, muitos inquéritos antigos sem viabilidade de êxito na apuração do crime cometido foram arquivados, deixando a Polícia Civil em condições de se dedicar à investigação de fatos mais recentes, com maior chance de resultados positivo.

Outras ações relevantes do Comitê em estudo, relativas à estrutura policial, são as intervenções voltadas para o aparelhamento dos órgãos de segurança pública da Comarca, com *ferramentas tecnológicas* para o aprimoramento do setor de inteligência policial.

Embora a instalação do *Sistema de Olho Vivo* em Nova Serrana já estivesse em fase final de ajustes antes da criação do Comitê, o instituto se dedicou à ampliação e aprimoramento do sistema, buscando a aquisição de novas câmaras e a criação de uma central de monitoramento bem estruturada, com interlocuções feitas, principalmente, entre a Prefeitura de Nova Serrana, a Polícia Militar e o Sindinova.

Também nesse aspecto, foi apresentada na ata de setembro de 2020, a proposta de criação de um núcleo integrado de perícia e inteligência, visando ao aparelhamento dos órgãos de segurança pública de Nova Serrana com recursos tecnológicos de última geração.

Entre as ações desenvolvidas com *caráter preventivo*, chama atenção a proposta de fiscalização de estabelecimentos comerciais com histórico da prática de ilícitos penais em seus ambientes.

Apenas o fato de a Prefeitura de Nova Serrana e de Perdigoão fiscalizarem a regularidade de alvarás sanitários, ao mesmo tempo em que o Corpo de Bombeiros detectava falhas de segurança no local, bem como o Conselho Tutelar verificava eventual descumprimento das disposições do ECA, com ações de apoio desempenhadas pelo Ministério Público, Defesa Civil, Polícia Militar e Polícia Civil, promoveu-se a descontinuidade da violência nos estabelecimentos fiscalizados e desencorajou-se o surgimento de outros semelhantes.

Tal proposta não demandou o aporte de recursos nem grandes ajustes em reuniões, bastando o simples acordo de ações combinadas, por setores diversos, e feitas em certa simultaneidade, como se um alinhavasse o direcionamento feito pelo outro.

No que concerne à intervenção junto ao *sistema prisional*, houve propostas do Comitê relacionadas à execução e ao cumprimento das penas privativas de liberdade, à oferta de cursos profissionalizantes aos detentos e à melhoria da estrutura do presídio de Nova Serrana.

A proposta de um monitoramento mais efetivo de presos em cumprimento de pena em regime semiaberto, trabalhada ao longo de todo o período de funcionamento do Comitê, englobou a realização de exames toxicológicos e um acompanhamento mais atento pela Polícia Militar, ao avistar os detentos transitando pela cidade durante as saídas do presídio.

A realização de exames toxicológicos pelos detentos do regime semiaberto, ao regressarem de suas saídas para o interior do presídio, coibiu o uso de entorpecentes pelos presos. Para tanto, o Sindinova se dedicou a ajudar a custear os exames, nos períodos em que não houvesse verbas de prestação pecuniária ou vinculadas ao Consep para tal finalidade.

Também mediante a intervenção do Comitê, foram feitas reformas no Presídio de Nova Serrana, as quais resultaram na ampliação de sua capacidade, solucionando o problema da superlotação.

Ainda dentro dessa linha de ação, em maio de 2017, foi apresentada a proposta de ofertar cursos profissionalizantes aos detentos em parceria com o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai), mediante a construção de um anexo ao Presídio. Além de facilitar o acesso ao trabalho pelos detentos, a efetivação dessa proposta tem a importante função de preparar os presidiários para ingressar no mercado formal de trabalho, após o cumprimento da pena.

Os recursos para a realização da obra foram buscados com a apresentação de projeto ao Juízo da Execução Penal da Comarca, visando ao recebimento de valores das penas de prestação pecuniárias, e com a cessão do terreno pelo município de Prefeitura de Nova de Serrana.

Registra-se que, das ações do Comitê voltadas para o trabalho preventivo e educativo, alguns desdobramentos levaram à necessidade de adoção de medidas com focos específicos, incumbindo-se a Polícia Civil

de investigar e levantar informações necessárias, fornecendo subsídios à atuação do Ministério Público.

O caminho inverso também faz parte das ações do Comitê, muitas vezes desencadeadas visando um foco específico para se alcançar um resultado de prevenção geral.

É importante observar que todas as temáticas abordadas se interligaram e se complementaram, num movimento dinâmico. Assim, por exemplo, os bons resultados alcançados pelas ações de intervenção no cumprimento das penas estimularam atores e parceiros na destinação de verbas e recursos para outros projetos ou a se comprometerem em execução de grandes obras, como a construção da nova sede da Delegacia Regional de Polícia Civil.

No tópico seguinte, será abordado, sob outra perspectiva metodológica, os dados já apresentados.

3. REDES DE PARTICIPAÇÃO

Embora existam diferentes definições de *policy networks*, ou redes de políticas públicas, adota-se aqui uma definição minimalista, segundo a qual:

Redes de políticas públicas são conjuntos de laços institucionais formais e informais entre atores governamentais e outros atores estruturados em torno do compartilhamento de crenças e interesses na formulação e implementação de políticas públicas. (RHODES, 2008, p. 426, *apud* SANTOS *et al*, 2021).

Com base nessa definição, a análise de redes aqui desenvolvida visa a verificar se de fato o Comitê de Intervenção Estratégica na Segurança Pública de Nova Serrana constitui uma rede de políticas públicas e quais as principais características dessa rede.

Em uma análise restrita aos autores, buscamos vislumbrar quais instituições têm papel mais relevante nas tratativas do Comitê e como elas se relacionam entre si. Usamos, para tanto, a estratégia de análise de redes, metodologia de análise social empregada para o estudo das relações que os atores de um grupo estabelecem uns com os outros, criando ou não uma interdependência entre si e outros efeitos, como colaboração, apoio, aconselhamento, controle ou influência.

As medidas descritas nos quadros abaixo, com sua respectiva interpretação substantiva, serão adotadas para a análise da rede de atores do Comitê.

Tabela 2: Interpretação das medidas de centralidade

Medida/descrição	Interpretação substantiva
<i>Degree</i> – centralidade de grau, calculada pelo número de laços, ou seja, é o tamanho da rede de um determinado ator.	Atores com mais vínculos têm maiores oportunidades porque têm escolhas. Ou seja, podem escolher realizar trocas entre muitos atores. Se um dos atores com o qual ele se relaciona se negar a realizar trocas com ele, ele tem a opção de escolher outros atores. Essa autonomia os torna menos dependentes de qualquer outro ator específico e, portanto, mais poderosos.
<i>Closeness</i> – centralidade de proximidade, refere-se ao número mínimo de passos necessários para um ator entrar em contato com os demais atores do sistema.	A proximidade permite que o poder seja exercido por negociação direta e pela troca. Atores com elevados escores de centralidade de proximidade também podem ser vistos como centros de atenção, visto que seus pontos de vista podem ser levados em consideração por um número maior de atores. Esta vantagem estrutural pode ser traduzida em poder.
<i>Betweenness</i> – centralidade de intermediação, baseada na ideia do controle que um ator exerce sobre as interações entre dois outros atores.	Capacidade de ficar entre dois outros atores. O fato de um ator estar entre pares de atores e de que nenhum outro ator esteja entre ele e os demais é uma vantagem. Se esse ator quiser entrar em contato com outro ator, ele pode simplesmente fazê-lo. Por sua vez, essa posição também dá ao ator a capacidade de intermediar contatos entre outros atores. Assim, ele pode extrair “taxas de serviço” ou isolar atores. Essa posição estrutural na rede pode ser interpretada como uma forma de poder.

Fonte: Lazega e Higgins (2014) e Hanneman e Riddle (2005) *apud* Santos *et al* (2021)

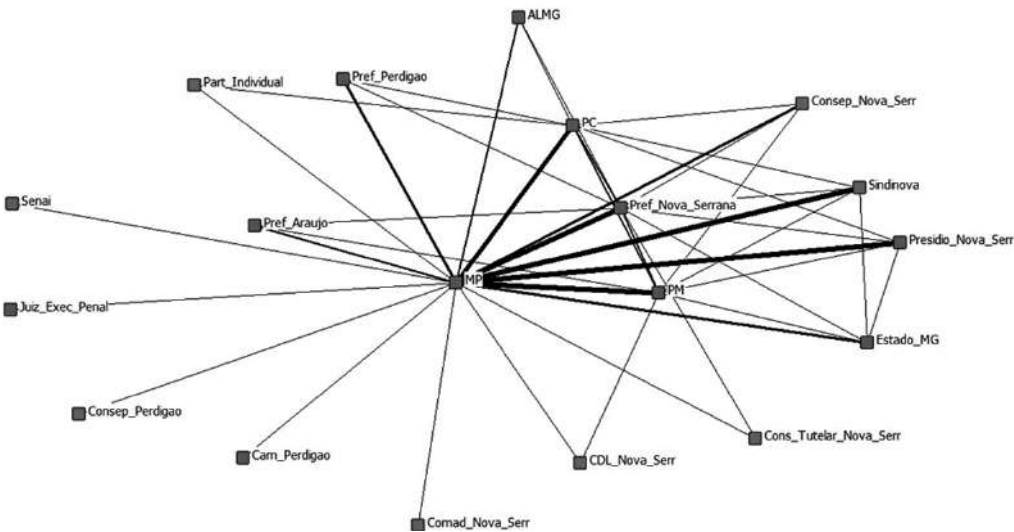
A figura a seguir traz as relações dos atores que se fizeram presentes nas reuniões do Comitê, facilitando a compreensão de quais instituições têm papel relevante nas tratativas do instituto e, também, relacionando quais integrantes da rede têm papel central no processo. Os atores estão

divididos em poder público (PP) e sociedade civil (SC), sendo azuis – PP e vermelhos – SC.

A rede foi construída com base num dado relacional. Esse dado relacional é a presença dos atores numa mesma reunião do Comitê. As reuniões levadas em consideração foram as realizadas de novembro de 2016 a dezembro de 2020, num total de 48 reuniões.

As posições de maior relevância estão no centro da figura, sendo que quanto mais central se mostra um ator, mais importância ele exerce no processo.

Figura 1: Rede de atores do Comitê de Intervenção Estratégica na Segurança Pública de Nova Serrana



Elaboração própria com base nos dados do Comitê

Além da rede de atores visualmente representada na figura acima, é importante usar – para a sua avaliação – os resultados dos dados estatísticos levantados pela metodologia empregada, conforme Tabela 4.

Esses dados mostram que os atores mais centrais do Comitê são o Ministério Público, o Poder Executivo de Nova Serrana, a Polícia Civil, a Polícia Militar, o Executivo do Estado de Minas Gerais, o Presídio de Nova Serrana e o Sindinova.

Tabela 3: Estatísticas dos atores centrais

ID	Nº de reuniões	Degree	Closeness	Between
Ministério Público – MP	45	18	18	101,4000015
Poder Executivo de Nova Serrana – Pref_Nova_Serrana	47	11	25	12,39999962
Polícia Civil – PC	37	9	27	7,199999809
Polícia Militar – PM	46	9	27	6,400000095
Poder Executivo do Estado de Minas Gerais – Estado_MG	16	5	31	0,200000003
Presídio de Nova Serrana – Presidio_Nova_Serr	45	5	31	0,200000003
Sindicato Intermunicipal da Indústria do Calçado de Nova Serrana – Sindinova	48	5	31	0,200000003
Conselho Municipal de Segurança Pública de Nova Serrana – Consep_Nova_Serr	18	4	32	0
Poder Legislativo Estadual – ALMG	12	3	33	0
Poder Executivo de Araújo – Pref_Araujo	11	3	33	0
Poder Executivo de Perdígão – Pref_Perdigao	18	3	33	0
Câmara dos Dirigentes Lojistas de Nova Serrana – CDL_Nova_Serr	5	2	34	0
Conselho Tutelar de Nova Serrana – Cons_Tutelar_Nova_Serr	4	2	34	0
Participação Individual de Cidadãos – Part_Individual	4	2	34	0
Poder Legislativo de Perdígão – Cam_Perdigao	2	1	35	0
Conselho Municipal de Políticas Públicas Sobre Drogas de Nova Serrana – Comad_Nova_Serr	2	1	35	0
Conselho Municipal de Segurança Pública de Perdígão – Consep_Perdigao	1	1	35	0
Poder Judiciário - Juiz_Exec_Penal	2	1	35	0
Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – Senai	3	1	35	0

Elaboração própria com base nos dados do Comitê

Vê-se, portanto, que o Ministério Público, além de estar na posição mais central da rede, foi o que apresentou a centralidade de grau (*Degree*) com maior número de laços, ou seja, é o detentor de maiores vínculos com os outros participantes.

Interessante notar que os vínculos do Ministério Público são mais numerosos com o Executivo de Nova Serrana, a Polícia Civil, a Polícia Militar, o Presídio de Nova Serrana e o Sindinova, todos atores centrais na configuração do Comitê.

Entre os atores componentes da rede, foi o Ministério Público que também apresentou a menor centralidade de proximidade (*Closeness*), indicando ser ele capaz de chegar perto de outros atores de forma mais rápida, fazendo com que seus pontos de vista fossem levados em mais consideração.

A proximidade do órgão ministerial foi mais acentuada com o Executivo de Nova Serrana e com a Polícia Militar.

Além disso, a rede revelou o Ministério Público como único participante que se relacionou diretamente com todos os demais, sem necessidade de intermediários, apresentando centralidade de intermediação (*Betweness*) muito superior a todos os outros. O resultado dessa medida mostrou o órgão ministerial como um ator autônomo na sua relação com os demais e com maior capacidade de intermediar contatos entre eles.

Como atores que também se destacam nas medidas tratadas, o Poder Executivo de Nova Serrana, a Polícia Civil e a Polícia Militar revelaram-se atores com forte influência das ações do Comitê, com bom número de laços com demais participantes, considerável índice de proximidade em suas relações e capacidade de se relacionar diretamente com um número maior de atores.

Embora o Executivo do Estado de Minas Gerais tenha aparecido em posição de destaque na rede, esse resultado pode ser melhor analisado quando se leva em conta as informações do tópico anterior. Como descrito, apesar de se fazer presente em um bom número de reuniões, a participação do Poder Executivo do Estado de Minas Gerais não se revelou de grande relevância quando é levado em consideração o seu envolvimento na execução das ações do Comitê.

O Sindinova, por sua vez, mostrou-se como ator imprescindível para a existência do instituto estudado e para a sua capacidade de alcançar as metas propostas.

O Presídio de Nova Serrana, além de ter uma presença relevante nas reuniões, foi um dos destinatários principais das intervenções do Comitê, como pode ser visto pelo grande número de ações visando à melhoria das penas privativas de liberdade.

Os demais integrantes do Comitê apareceram na rede como atores periféricos, ocupando posições mais isoladas e, apesar de presentes em algumas reuniões, não integraram o seu núcleo de deliberação e de assunção de tarefas, como já foi objeto de análise no tópico anterior.

Por fim, observou-se, entre os atores periféricos, a participação individual de cidadãos. Os registros de participações individuais denotam que o Comitê demonstra abertura, conquanto restrita, para ouvir o cidadão.

Essa constatação, contudo, não indicou uma deficiência do Comitê na representação dos interesses da população. Por ser um âmbito de deliberação e de definição de estratégias na segurança pública, sua composição não pôde ser ampliada a ponto de pôr em risco a efetividade de suas ações.

A rede de participação demonstrou, assim, que o Comitê girou em torno da articulação de órgãos de segurança pública da Comarca, Poder Executivo de Nova Serrana e Sindinova. Contudo o seu amplo campo de participação de outros atores, de gama diversificada, demonstrou ser o Comitê dinâmico e aberto a agregar novas forças.

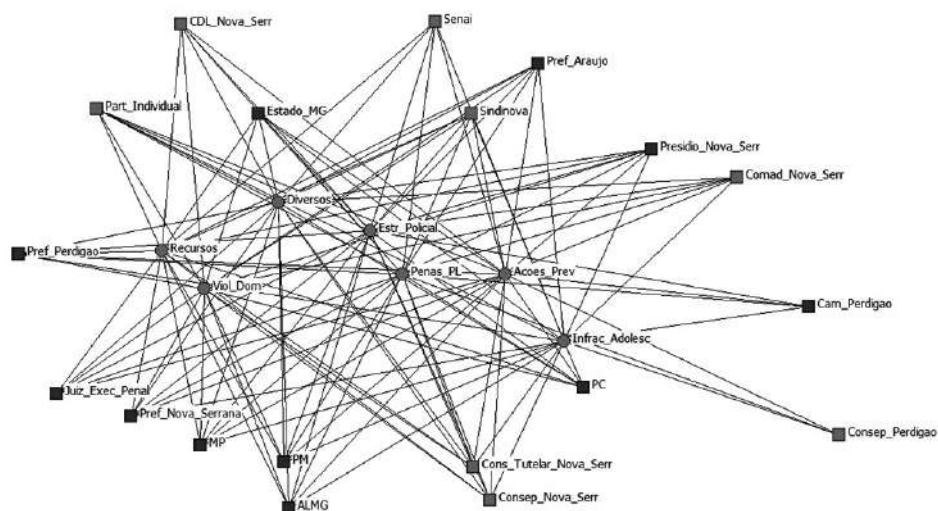
Essa última observação é importante ao se pensar que, como um organismo voltado para a atuação na segurança pública, o Comitê deve estar aberto a dialogar com a população e também com outras áreas essenciais para a construção de um projeto mais democrático de defesa da sociedade.

Quanto às ações implementadas, conforme discriminado no tópico 2, os assuntos abordados pelo Comitê foram divididos em sete temas: estrutura policial, ações preventivas e educativas, execução e cumprimento de penas privativas de liberdade, adolescentes e prática de atos infracionais, verbas e recursos, violência doméstica e assuntos diversos.

A rede a seguir mostrou a relação estabelecida entre os atores do Comitê e esses temas. Os dados relacionais usados na sua construção

foram os temas abordados numa mesma reunião do Comitê e os atores presentes na reunião, cujo tema foi pautado.

Figura 2: Rede de atores e temas do Comitê de Intervenção Estratégica na Segurança Pública de Nova Serrana



Elaboração própria com base nos dados do Comitê

O principal resultado aqui é que não houve segmentação da rede por temas específicos. Isso se nota porque os temas são centrais, e não periféricos. Esse resultado indica que todos os atores estiveram envolvidos com todos os temas, fator positivo porque mostra uma rede muito integrada entre atores e temas.

Vemos que alguns temas estão mais ligados a alguns atores. Em certa medida, isso é esperado, até pela natureza dos atores e os assuntos sob sua responsabilidade, como a proximidade do Conselho Tutelar de Nova Serrana com o tema adolescentes e atos infracionais.

Contudo outras proximidades não aguardam relação direta com a responsabilidade precípua do ator. Nesse sentido, vemos a Polícia Militar mais próxima das ações de intervenção no cumprimento das penas privativas de liberdade e de violência doméstica do que os temas de estrutura policial e ações preventivas. Esse dado condiz com o estudo das atas do Comitê, que mostrou a Polícia Militar integrando, como órgão de apoio e suporte, várias ações, ajudando em problemas apresentados por outros órgãos.

O resultado da metodologia de análise de rede aqui empregado revela o Comitê de Intervenção Estratégica na Segurança Pública de Nova Serrana como um instituto dinâmico e em movimento, procurando fazer a ligação de um assunto pautado com outras probabilidades, cuja participação de seus integrantes deu-se de forma colaborativa e com assunção de tarefas de forma equânime entre os atores.

Tem-se, em suma, que a análise da rede de políticas públicas formada em torno de Comitê mostrou-se bastante compatível com o esperado na teoria; uma rede caracterizada pela unidade entre atores e entre temas, mostrando todos os atores, ainda que com intensidades diferentes, envolvidos na problemática em geral.

O ambiente estrutural da rede, por se mostrar íntegro, ou seja, não fragmentado, foi propício para caracterizar um elemento fundamental nas redes de políticas públicas que é o compartilhamento de crenças entre os atores.

Esses elementos, certamente, foram fundamentais para os resultados obtidos pelo Comitê.

4. O IMPACTO DO COMITÊ DE INTERVENÇÃO ESTRATÉGICA NA SEGURANÇA PÚBLICA DE NOVA SERRANA

Segundo o material Ações no Comando do 60º BPM, elaborado em julho de 2020 e de divulgação interna pela Polícia Militar de Minas Gerais, os dados confirmaram que a região do Batalhão, composta por seis municípios, vinha apresentando uma tendência de aumento de crimes violentos entre os anos de 2014 e 2016. Essa tendência se inverteu a partir de 2017, sendo que, entre o total de crimes violentos registrados em 2017 (2.580 crimes) e o total de registros em 2019 (1.105 crimes), houve uma queda de 57,17%.

Especificamente em relação à Comarca de Nova Serrana, têm-se os seguintes dados, quanto aos registros de crimes violentos²:

2 Os crimes violentos são homicídio consumado e tentado, extorsão mediante sequestro consumado, sequestro e cárcere privado consumado e tentado, estupro consumado e tentado, estupro de vulnerável consumado e tentado, roubo consumado e tentado e extorsão tentado e consumado (fonte disponível em: <<https://www.policiamilitar.mg.gov.br/portal-pm/noticiaspoliciais/conteudo.action?conteudo=215041&tipoConteudo=noticia>>. Acesso em: 6 abr. 2021).

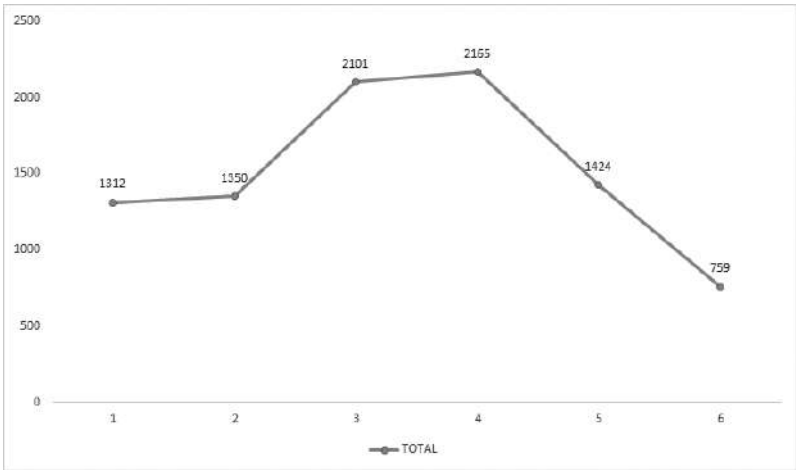
Tabela 4 – Registros de crimes violentos praticados nos municípios que compõem a Comarca de Nova Serrana nos anos de 2014 a 2019

Ano	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Nova Serrana	1182	1140	1807	1933	1296	679
Perdigão	88	137	192	178	82	52
Araújo	42	73	102	54	46	28
TOTAL	1312	1350	2101	2165	1424	759

Elaboração própria com base nos dados extraídos do portal Minas em Números (www.numeros.mg.gov.br)

Os gráficos abaixo mostram visualmente a linha de tendência de queda a partir de 2017.

Gráfico 1: Crimes violentos praticados na Comarca de Nova Serrana nos anos de 2014 a 2019



Elaboração própria com base nos dados extraídos do portal Minas em Números (www.numeros.mg.gov.br)

Vê-se que, de 2017 para 2019, os registros de crimes violentos na Comarca caíram de 2.165 para 759, uma queda, portanto, de 64,94%. Assim, a queda apresentada pela Comarca de Nova Serrana foi maior do que a redução registrada em toda a região do 60º BPM, mesmo contando um crescimento demográfico de cerca de 40% entre os anos de 2010 a 2020, conforme dados do IBGE.

Assim, a Comarca de Nova Serrana apresentou uma redução 7,77% maior do que a registrada na região do 60º BPM e 15,8% maior que a queda apresentada pelo Estado, conforme dados divulgados pela Secretaria de Justiça e Segurança Pública (Sejusp) em julho de 2019.

Chama a atenção também o fato de que o monitoramento de roubos consumados no ano de 2017 registrou que o município de Nova Serrana/MG era o mais violento de todo o Estado de Minas Gerais.

Além do excelente trabalho desenvolvido pela Polícia Militar e pela Polícia Civil, em cada campo de atuação das respectivas instituições, entendemos que o Comitê de Intervenção Estratégica também contribuiu consideravelmente para a redução dos índices de criminalidade na Comarca de Nova Serrana.

Com efeito, os dados levantados apontam para resultados e ações desenvolvidas na área da segurança pública da Comarca de Nova Serrana, os quais só foram possíveis porque contaram com a articulação do instituto em estudo, promovendo a *aproximação e a integração* de forças de segurança pública, instituições públicas e sociedade civil.

Com exemplo, cita-se o projeto de construção de uma nova sede para a 5ª Delegacia Regional de Polícia Civil. Ainda que pudesse ser realizado apenas por meio das atuações do município de Nova Serrana e de parlamentares junto ao Governo Estadual, esse projeto não atingiria a dimensão alcançada pelo Comitê. Além de ter conseguido um grande aporte de recursos, as intervenções do Comitê foram fundamentais para vincular a construção da nova delegacia à garantia da manutenção de um número mínimo de delegados, escrivães e investigadores no quadro de servidores da delegacia.

A união de atores também se mostrou fundamental quando, para consecução dos objetivos, fez-se necessário o aporte de recursos que só poderiam partir do Estado de Minas Gerais, como ilustra bem a fala do Promotor de Justiça Alderico de Carvalho Júnior:

(...) a gente sempre pleiteava em bloco. Por exemplo, se a gente solicitasse uma demanda em específico do Governo do Estado, a gente sempre ia em bloco. Ia empresariado local, iam representantes da sociedade civil através do Consep, iam os Prefeitos das cidades que compõem a comarca, ia a Delegada Regional, ia o Comandante do batalhão, e a gente sempre ia em bloco mostrando que não era uma questão individualizada de uma ou outra instituição, de um ou outro órgão que

estava pleiteando. E a gente sempre se pautava em nossos pleitos por dados, ou seja, não era nada tirado do achismo, sempre eram solicitações lastreadas em dados, comparativos de índices... de criminalidade de cidades de mesmo porte na mesma região, com série histórica de dados (...)

O papel integrativo do Comitê também se realça na facilitação da comunicação e da troca de informações entre seus membros, por proporcionar aos órgãos públicos, forças de segurança e sociedade civil estarem, frente a frente, em uma mesma mesa de deliberação. Em diversas reuniões, vemos essa condição de proximidade e de articulação acontecer com clareza, quando, diante de um assunto abordado por um integrante, o outro traz uma informação complementar que muda a diretriz da ação ou leva a uma nova análise.

Todas essas observações ilustram bem como a aproximação promovida pelo Comitê em estudo promoveu soluções para demandas da segurança pública local, com agilidade e eficiência e que, de outra forma, não se resolveriam sem passar pelo processo lento e segregado das vias institucionais comuns.

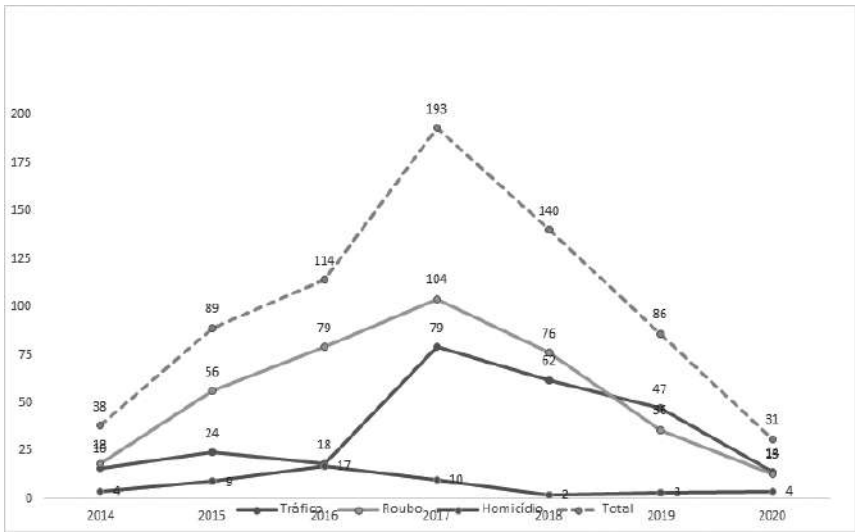
Além desses resultados, apresenta-se ponto bastante interessante: resultados visados pelo Ministério Público de Nova Serrana que só foram atingidos porque o órgão contou com o suporte oferecido pelo Comitê.

Nesse sentido, destaca-se a atuação do Comitê em relação à prática de atos infracionais, com a consecução, junto aos gestores do sistema socioeducativo do Estado de Minas Gerais, da garantia de, no mínimo, 25 vagas para cumprimento de medida de internação para adolescentes oriundos da Comarca.

A essa intervenção, aliada a outras ações promovidas pelo Comitê, atribuiu-se à expressiva queda no número de atos infracionais registrados na Comarca.

Para ilustrar esses resultados, verifica-se, a seguir, o número de representações feitas pelo Ministério Público de Nova Serrana pela prática de atos infracionais análogos aos crimes de roubo e de homicídio, tentados ou consumados, e de tráfico de drogas, nos anos de 2014 a 2020:

Gráfico 2: Representações feitas por atos infracionais análogos aos crimes de roubo e de homicídio, tentados ou consumados, e de tráfico de drogas, nos anos de 2014 a 2020



Elaboração própria com base nos arquivos da 4ª Promotoria de Justiça de Nova Serrana.³

A escolha dos atos infracionais análogos aos crimes descritos deu-se pelo fato de serem os atos que, normalmente, dão ensejo à aplicação de medida socioeducativa de internação.

Pelos dados apresentados, vê-se que o ano de 2017, em que tiveram início as intervenções do Comitê, foi um ano crucial. As linhas do número de representações por atos infracionais estavam ascendentes até 2017 e caíram depois, o que indica que as ações do Comitê interromperam uma trajetória de crescimento, fazendo as estatísticas voltarem aos patamares de 2014.

O feito inédito alcançado pelo Comitê, com a garantia de um número mínimo de 25 vagas para a Comarca, com a consequente apreensão imediata de adolescentes reiterados na prática infracional ano de 2017, foi imprescindível para essa redução. Ora, essa garantia expressiva de vagas o Ministério Público não conseguiria agindo sozinho.

Também a intervenções do Comitê voltadas para a fiscalização do cumprimento de penas no Presídio de Nova Serrana, com o reforço das vistorias nas celas, monitoramento das saídas dos detentos e a realização de exames para detecção do uso de drogas pelos presos, demonstraram claramente como a atuação do instituto é importante.

³ Alguns atos infracionais tiveram mais de um adolescente como autor, sendo computado o número de adolescentes representados.

Mesmo que tenham partido do Ministério Público, essas propostas demandariam várias reuniões, expedição de ofícios e telefonemas, até ser conseguida a necessária integração entre Polícia Militar, Polícia Penal, Consep e Sindinova, na forma como foi vista na ação desenvolvida pelo Comitê.

A reunião mensal de todas essas instituições, proporcionada pelo Comitê, facilitou sobremaneira a integração de atores em um trabalho conjunto.

Assim, as ações do Comitê de Intervenção Estratégica alcançaram resultados importantes para a segurança pública de Nova Serrana, fortalecendo seus atores, influenciando na atuação individual deles quando essa atuação demandava uma visão mais global dos fatores locais da criminalidade e, outras vezes, agregando suas potencialidades quando o problema apresentado pedia a atuação conjunta das instituições, como sendo uma só.

5. CONCLUSÕES

Como visto, os números dos registros criminais na Comarca de Nova Serrana chamam a atenção por apresentarem uma redução da criminalidade violenta, a partir do ano de 2017, acima da média da região e também do estado, mesmo diante de um crescimento demográfico muito expressivo.

Diante de todo o cenário exposto e dos impactos e mudanças narrados, não se pode afirmar que a queda dos índices de criminalidade na Comarca de Nova Serrana seja consequência exclusiva da intervenção do Comitê em estudo. Todo o trabalho desenvolvido pelas forças de segurança na Comarca tem seu mérito nas próprias instituições que o desempenharam.

Ocorre que muitas ações desenvolvidas de forma individual por cada instituição pública atuante na Comarca de Nova Serrana tiveram o apoio do instituto em análise ou se originaram de propostas apresentadas nas reuniões do Comitê.

Assim, o trabalho desenvolvido pelo instituto foi de suma importância para a segurança pública de Nova Serrana, ficando evidente que a visão estratégica do Comitê de, por meio da presença e da participação conjunta de órgãos e instituições, ampliar a atuação das forças de segurança para atingir de forma mais global os fatores locais da criminalidade gerou efeitos que só foram possíveis pela intervenção do instituto.

Esses resultados somente foram alcançados porque as instituições que compõem o Comitê se propuseram a agir de forma integrada e com envolvimento amplo e generoso sobre os problemas detectados. Esse agir com propósito de resolução levou o Ministério Público da Comarca de Nova Serrana a ampliar horizontes em uma área que vem desde os primórdios de sua criação – a perseguição penal – e que se apresenta com um *modus operandi* já consolidado e com pouca inovação.

Ao buscar sair do campo restrito da ação judicial e agir de forma resolutiva, o Ministério Público atuante na Comarca de Nova Serrana foi capaz de dar respostas mais rápidas e efetivas para a salvaguarda de um direito fundamental, que é o direito à segurança, aqui pensado como o estado de proteção que permita aos cidadãos gozarem de plenos direitos em sociedade.

Interessante notar que, no presente caso, o Ministério Público não mudou sozinho. Ao ampliar seu campo de ação, levou consigo as instituições públicas e sociais da Comarca, que também ampliaram a consciência de sua força política e de sua capacidade de agir coletivamente e em conjunto, na busca da efetivação de direitos sociais e políticos.

A complexa tarefa de órgão de defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos direitos indisponíveis alçada pelo Ministério Público com a Constituição Federal de 1988 não pode ser cumprida se o órgão não trazer a sociedade e outras instituições públicas para junto de si. O *Parquet* não será capaz de agir na defesa da sociedade se a sua ação não for legitimada e fortalecida pela própria sociedade a ser defendida.

REFERÊNCIAS

CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO.

Recomendação n.º 54, de 28 de março de 2017. Dispõe sobre a Política Nacional de Fomento à Atuação Resolutiva do Ministério Público brasileiro. Disponível em: <<https://www.cnmp.mp.br/portal/atos-e-normas/norma/4891/>>. Acesso em: 6 de nov. 2020.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. IBGE, cidades, Araújo, panorama. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/araujos/panorama>>. Acesso em: 30 de out. 2020.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATISTICA. IBGE, cidades, Nova Serrana, panorama. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/nova-serrana/panorama>>. Acesso em: 30 de out. 2020.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATISTICA. IBGE, cidades, Perdígão, panorama. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/perdigao/panorama>>. Acesso em: 30 de out. 2020.

MINAS EM NÚMEROS. Disponível em: <<http://www.numeros.mg.gov.br>>.

MINAS GERAIS. POLÍCIA MILITAR. COMANDO GERAL. **Ações de Comando no 60.º BPM: 2017-2020**. Nova Serrana. , 2020.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS. **Missão, Visão e Valores**. Disponível em: <<https://www.mpmg.mp.br/conheca-o-mpmg/planejamento-institucional/planejamento-estrategico/missao-visao-valores/missao-visao-valores.htm>>. Acesso em: 4 de mar. 2021.

NOVA SERRANA (Município). PREFEITURA NOVA SERRANA, 27 de mai. 2019. Notícias. **Nova Serrana mais segura**: Governo municipal comemora entrega de viaturas e queda nos índices criminais. Disponível em: <<https://www.novaserrana.mg.gov.br/portal/noticias/o/3/2965/nova-serrana-mais-segura/>>. Acesso em: 12 de ago. de 2020.

O POPULAR. **Anunciada a construção da nova Delegacia Regional da Polícia Civil em Nova Serrana**. **O Popular**, Nova Serrana: O popular, p. 3, 04 de mar. de 2020.

O POPULAR. **Missão cumprida**: índices de criminalidade têm redução e ficam abaixo dos obtidos há 10 anos. **O Popular**, Nova Serrana: O popular, edição n.º 1804, p. 3, 23 de set. de 2020.

RIBEIRO, Ludmila M. L.; DUARTE, Thaís Lemos. Promovendo a justiça na área de direitos difusos, coletivos ou individuais homogêneas? Quem são e como atuam os membros do Ministério Público. In: MARONA, Marjorie Corrêa; DEL RIO, Andrés (Org.). **Justiça no Brasil**: às

margens da democracia. Belo Horizonte: Arraes Editores, 2018. p. 99-126.

SADEK, Maria Tereza. A construção de um novo Ministério Público Resolutivo. **Revista Jurídica do Ministério Público do Estado de Minas Gerais**, Belo Horizonte, n. 12, p. 130-139, jan./jun. 2009a.

SANTOS, M. *et al.* **Financiamento de Campanha e Lobbying Empresarial nas Comissões Permanentes da Câmara dos Deputados**. Brasília: Ipea, 2021. (Texto para Discussão, n. 2622).